

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO
DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE UNAÍ - UNAPREV**

**UNAÍ-MG
Março/2022**

MARCIA DE OLIVEIRA MATOS LIRA

Diretora-Presidente

Matrícula 2940

Período: 15/08/2017 a data atual

DILVÂNIA MENDES MESQUITA

Contadora

CRC-MG 78.449/O-6

Matrícula 0428

Período: 01/09/2018 a data atual

Responsável pela Contabilidade

THYAGO DE SOUZA LIMA

Controlador Interno

Matrícula 3154

Período: 01/02/2022 a data atual

Responsável pelo Controle Interno



UNAPREV

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01 - Avaliação do Cumprimento das Metas Estabelecidas no PPA e na LDO - Exercício: 2021.....	08
Quadro 02 - Lei Orçamentária - Exercício: 2021.....	10
Quadro 03 - Balanço Orçamentário – Exercício: 2021.....	12
Quadro 04 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais - Exercício: 2021.....	14
Quadro 05 - Comparativo da Receita Arrecadada - Exercício: 2019, 2020 e 2021.....	14
Quadro 06 - Comparativo da Despesa Realizada - Exercício: 2019, 2020 e 2021.....	16
Quadro 07 - Balanço Financeiro - Exercício: 2021.....	17
Quadro 08 - Balanço Patrimonial - Exercício: 2021.....	18
Quadro 09 - Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.....	21
Quadro 10 - Demonstrativo do Registro das Dívidas de Natureza Previdenciária no Unaprev.....	25
Quadro 11 - Despesa com a Taxa de Administração - Exercício: 2021.....	26
Quadro 12 - Demonstrativo da Aplicação de Recursos Públicos Realizada por Entidade de Direito Privado - Exercício: 2021.....	26
Quadro 13 – Retorno das Aplicações Acumulado no Ano de 2021	27
Quadro 14 - Informações sobre o Cálculo Atuarial.....	28



SUMÁRIO

1. Apresentação.....	06
2. Introdução.....	06
3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no PPA e na LDO.....	07
3.1 Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO.....	08
4. Avaliação dos Resultados quanto à Eficiência e Eficácia da Gestão	
Orçamentária.....	09
4.1 Elaboração do Orçamento.....	09
4.2 Execução do Orçamento.....	11
4.3 Balanço Orçamentário.....	12
4.4 Créditos Adicionais Suplementares.....	13
4.5 Restos a Pagar.....	14
4.6 Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores.....	14
4.7 Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores.....	16
4.8 Reserva de Contingência.....	16
5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da Gestão Financeira.....	17
5.1 Balanço Financeiro.....	17
6. Balanço Patrimonial Comparado.....	18
6.1 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	21
7. Avaliação de renegociação da Dívida Previdenciária em 2021.....	24
7.1 Certificação do registro das dívidas de natureza previdenciária no Unaprev.....	25
8. Taxa de Administração no Exercício: 2021.....	26
9. Aplicação de recursos públicos realizada por entidade de Direito Privado.....	26
9.1 Retorno das Aplicações Acumulado no Ano de 2021.....	27
9.2 Análise da Política de Investimento Realizada no Exercício de 2021.....	27
10. Cálculo Atuarial.....	28



UNAPREV

11. Atendimento aos artigos 14º, 10º e 24º da Portaria MPS nº 402/08.....	29
12. Declaração de cumprimento de prazos junto ao TCE-MG – SICOM.....	31
13. Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.....	31
14. Compensação Previdenciária.....	32
15. Conclusão.....	32



1. Apresentação

Nos termos do artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/00, artigos 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e, em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 09/2008; Instrução Normativa nº 14/2011; e Instrução Normativa nº 04/2017, ambas do TCE/MG; ainda, observância da Portaria MPS Nº 402, de 10 de dezembro de 2008 do Ministério da Previdência Social; Lei que reestruturou o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí, nº 2.297, de 25 de maio de 2005 e, Inciso VII do artigo 5º-B, da Lei Municipal nº 2.782, de 29 de junho de 2012, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício de 2021.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2021 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública municipal com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, financeira, de controle e patrimonial nos termos das NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas, está se consolidando à medida que se executa as ações prevista, demonstrando que as metodologias aplicadas a condução dos negócios públicos estão pautadas na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o exercício de 2021, aperfeiçoar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a



programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do Instituto, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta Gestão.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no PPA e na LDO

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou organizar todas as ações a serem desenvolvidas em programas, compatibilizando com os recursos disponíveis, decorrente do planejamento da receita, da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionaram-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- A meta atingida foi à meta proposta?
- Não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- A ação alcançou, de fato, os anseios dos segurados?

Também considerou a arrecadação das receitas da entidade, a qual se efetivou de modo esperado, sendo, portanto, suficiente para realizar todos os programas e ações definidos no PPA.



UNAPREV

Ao elaborar a LDO foi selecionado dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, àqueles considerados prioritários na execução da LOA que melhor atendesse aos objetivos deste Instituto de Previdência.

Desta forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando desta forma a elaboração da LOA.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO.

Quadro 01

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO – EXERCÍCIO: 2021								
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR		POPULAÇÃO ATENDIDA
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
Manutenção das Atividades Administrativas		x			x	1.434.311,80	1.199.742,32	0
Benefícios Previdenciários	X		x			29.627.201,00	28.088.744,80	710
Construção e sede própria		x		X		0,00	0,00	0
Treinamento, capacitação e incentivo a educação continuada		X		X		25.000,00	0,00	0
Saúde do Servidor		x		X		36.000,00	0,00	0
TOTAL						30.761.900,62	29.288.487,12	

Fonte: Plano Plurianual - 2018-2021 - Anexo III - Programas de Governo. LDO/2021, e Balancete de Despesa Completo Consolidado - Sonner. – Exercício: 2021.

As ações executadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unai - Unaprev no exercício de 2021 foram predominantemente voltadas à manutenção,



pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados, motivo pelo qual não houve a realização de nenhum projeto.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da Gestão Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual - LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios dos segurados, equacionando-as com os recursos disponíveis no Instituto.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município, para o exercício financeiro de 2021, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64 e na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial nº 163/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 3.355, de 30 de dezembro de 2020.

Foram verificadas durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, quais eram as demandas existentes nesta entidade e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA (2018-2021), Lei nº 3.129, de 14 de dezembro de 2017 e na LDO, Lei nº 3.323, de 02 de julho de 2020, com a expectativa de receita para o exercício de 2021.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;



UNAPREV

- A previsão das contribuições patronais e dos servidores;
- A expansão do número de segurados;
- As alterações na remuneração dos segurados;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- As demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita deste Instituto de Previdência foi, portanto, estimada em R\$35.049.840,00 (trinta e cinco milhões, quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais) e a despesa foi fixada em R\$35.049.840,00 (trinta e cinco milhões, quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 02

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO: 2021			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	16.796.840,00	DESPESAS CORRENTES	28.903.801,00
Receitas de Contribuições Para RPPS	10.136.740,00	Pessoal e Encargos Sociais	28.227.800,00
Contribuições Patronais Para o RPPS	69.400,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Contribuição do Servidor – Ativo Para o RPPS	9.868.840,00	Outras Despesas Correntes	649.401,00
Contribuição do Inativo Para o RPPS	190.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	26.600,00
Contribuição Pensionista Para RPPS	8.500,00	Investimentos	26.600,00
Receita Patrimonial	6.500.000,00	Inversões Financeiras	0,00



Remuneração dos Investimentos	6.500.000,00	Amortização da Dívida	0,00
Outras Receitas Correntes	160.100,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.146.039,00
Restituições	65.100,00		
Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS	95.000,00		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	18.253.000,00		
Receitas de Contribuições Para o RPPS	12.353.000,00		
Contrib. Pat. Servidor Ativo Civil RPPS	11.523.000,00		
Contrib. Prev. Regime Parc. Débitos - RPPS	830.000,00		
Outras Receitas Correntes	5.900.000,00		
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos	5.900.000,00		
TOTAL	35.049.840,00	TOTAL	35.049.840,00

Fonte: Memória de Cálculo das Metas Anuais de Receita - LDO/2021 e LOA/2021.

A autorização de abertura de Créditos Adicionais Suplementares - os limites de Créditos, nos termos do artigo 43, da Lei nº 4.320/64, e artigo 8º da Lei Orçamentária Municipal, Lei nº 3.355, de 30 de dezembro de 2020, foram fixados até o valor correspondente a 29% (vinte e nove por cento) dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e atualizações, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de programação financeira mensal e o cronograma mensal de desembolso, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas deste Instituto de Previdência.



UNAPREV

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecer o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas.

Após serem elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

4.3. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta entidade em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Balanço Orçamentário – Exercício: 2021

Quadro 03

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo c=(b-a)
Receitas Correntes	35.049.840,00	35.049.840,00	32.868.386,54	-2.181.453,46
Receitas de Contribuições (I)	28.389.740,00	28.389.740,00	32.624.176,05	4.234.439,05
Contribuições Sociais	28.389.740,00	28.389.740,00	32.624.179,05	4.234.439,05
Receita Patrimonial (II)	6.500.000,00	6.500.000,00	12.023,51	-6.487.976,49
Valores Mobiliários	6.500.000,00	6.500.000,00	12.023,51	-6.487.976,05
Outras Receitas Correntes (III)	160.000,00	160.000,00	232.183,88	72.083,98
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	65.100,00	65.100,00	147.902,77	82.802,77
Demais Receitas Correntes	95.000,00	95.000,00	84.281,21	-10.718,79
Subtotal das Receitas (IV)=(I+II+III)	35.049.840,00	35.049.840,00	32.868.386,54	-2.181.453,46
Total: (V) = (IV)	35.049.840,00	35.049.840,00	32.868.386,54	-2.181.453,46

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
Despesas Correntes	28.877.201,00	29.627.201,00	28.089.346,10	28.088.744,80	28.088.744,80	1.537.854,90
Pessoal e Encargos Sociais	28.227.800,00	28.977.800,00	27.815.862,57	27.815.862,57	27.815.862,57	1.161.937,43
Outras Despesas Correntes	649.401,00	649.401,00	273.483,53	272.882,23	272.882,23	375.917,47



UNAPREV

Despesas de Capital	26.600,00	26.600,00	1.244,32	1.244,32	1.244,32	25.355,68
Investimentos	26.600,00	26.600,00	1.244,32	1.244,32	1.244,32	25.355,68
Reserva do RPPS	6.146.039,00	5.396.039,00	0,00	0,00	0,00	5.396.039,00
Subtotal das Despesas (VI)	35.049.840,00	35.049.840,00	28.090.590,42	28.089.989,12	28.089.989,12	6.959.249,58
Superávit (VII)	0,00	0,00	4.777.796,12	0,00	0,00	0,00
Total (VIII) = (VI+VII)	35.049.840,00	35.049.840,00	32.868.386,54	28.089.989,12	28.089.989,12	6.959.249,58

Fonte: Balanço Orçamentário - Sonner. – Exercício: 2021.

Balancete de Despesa Simplificado – Sonner – Exercício: 2021

Balancete de Receita Consolidado – Sonner – Exercício: 2021

O valor da receita orçada para o exercício de 2021 foi de R\$ 35.049.840,00 (trinta e cinco milhões, quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais), e a receita efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$32.868.386,54 (trinta e dois milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), houve um déficit de arrecadação orçada no valor de R\$2.181.453,46 (dois milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) mediante não ter atingido os rendimentos esperados dos investimentos, com tudo houve um superávit no valor de R\$4.777.796,12 (quatro milhões, setecentos e setenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e doze centavos), demonstrando que a entidade está mantendo o equilíbrio das contas públicas, apesar de um ano ainda atípico devido a continuidade da pandemia, com muitas perdas nos investimentos financeiros. Nossa meta é implantar novas formas de planejamento com o objetivo de assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial, sem prejuízo da manutenção dos benefícios legais garantidos aos segurados, visando desta forma atender plenamente o §1º, do art. 1º, e o art. 69 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

4.4. Créditos Adicionais Suplementares

Também são destacados no Balanço Orçamentário, os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária. Foram abertos em conformidade com o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal, e respeitaram o limite autorizado na LOA (Lei de Orçamento Anual) e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o



UNAPREV

valor de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) e o percentual de 2,14% (dois virgula quatorze por cento), conforme demonstrado em quadro abaixo:

Quadro 04

Demonstrativo dos Créditos Adicionais – Exercício: 2021			
Crédito	Anulação	Dispositivo Legal	Valor/R\$
04.04001002.09.272.4000.2002.3.1.90.01.00.103	04.04001003.99.997.9999.9999.9.9.99.99.00.103	Decreto 09/11/2021	750.000,00
04.04001002.09.272.4000.2002.3.1.90.03.00.103			
Total: Crédito Adicional Suplementar			750.000,00
Fonte: Decretos Municipais – 2021			

4.5 Restos a Pagar

Constam Resto a Pagar não processados referente ao exercício de 2021 no valor de R\$601,30 (seiscentos e um reais e trinta centavos), em nome da empresa Vó Maria Restaurante e Padaria LTDA. Consta ainda Resto a Pagar Processado de 2019 no valor de R\$ 1.378,05 (um mil, trezentos e setenta e oito reais e cinco centavos) referente a rescisão por falecimento da aposentada de Maria de Fátima Vieira Fernandes.

4.6. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se aqui uma análise da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

Quadro 05

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA (ORÇAMENTÁRIA) EXERCÍCIOS: 2019, 2020 e 2021.							
EXERCÍCIOS	2019		2020			2021	
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)		Arrecadação (R\$)	AH (%)		Arrecadação (R\$)	AH (%)
Receitas Correntes	35.658.019,98		33.701.267,98	(-5,5)		32.868.386,54	(-2,5)
Receitas de Contribuições	25.171.512,54		29.386.938,33	16,8		32.624.179,05	11,0



Receita Patrimonial	10.028.061,51		4.189.782,19	(-58,3)		12.023,51	(-34.746,6)	
Outras Receitas Correntes	458.445,93		124.547,46	(-268)		232.183,98	86,4	
TOTAL	35.658.019,98		33.701.267,98			32.868.386,54		

Fonte: Balanço Orçamentário – Exercício 2020 e 2021.
Balancete de Receitas Consolidado – Exercício 2021

Constatou-se que no exercício de 2021 as receitas orçamentárias tiveram uma queda de 2,5% (dois vírgula quarenta e sete por cento) com relação às receitas orçamentárias do exercício de 2020, motivada pela redução da receita patrimonial e também pela forma de contabilizar os resultados dos Investimentos de acordo com a IPC14/2018 a qual entrou em vigor em 2021 com nova orientação:

“Representam variações patrimoniais aumentativas provenientes da remuneração de aplicações de recursos do RPPS: fundos de investimento; títulos públicos; depósitos de poupança; operações compromissadas; letras imobiliárias garantidas; em segmentos imobiliários; ganhos com exploração de imóveis; entre outras formas de exploração de capital acumulado. Esses recursos são destinados à formação de reservas para pagamento de benefícios. Em certas circunstâncias, pode haver previsão de que alguns benefícios de riscos sejam custeados por investimentos, dependendo do seu regime financeiro”.

Importante ressaltar que a Receita Patrimonial de 2021 após adotar a Instrução só terá saldo positivo/negativo mediante resgate total dos fundos de investimentos. Então, em comparação com o ano anterior houve uma queda nos rendimentos das aplicações financeiras no ano de 2021, no percentual de 32,49% (trinta e dois vírgula quarenta e nove por cento) em relação ao exercício de 2020, ressaltando ainda o valor dos rendimentos foram de R\$1.348.936,47. Ainda em tempo, levando em consideração o método utilizado anterior a IPC14/2018 somente para quesitos comparativos a Receita Corrente seria positiva em 1,54% (um vírgula cinquenta e quatro por cento).



UNAPREV

4.7. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise da despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

Quadro 06

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA (ORÇAMENTÁRIA) EXERCÍCIOS: 2019, 2020 e 2021.								
EXERCÍCIOS	2019		2020			2021		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)		Realizada (R\$)	AH (%)		Realizada (R\$)	AH (%)	
Despesa Corrente	25.580.131,12		24.963.753,58	(-2,4)		28.088.744,80	12,5	
Despesa de Capital	6.210,00		540,00	(-91,3)		1.244,32	130,4	
TOTAL	25.586.341,12		24.964.293,58			28.089.989,12		

Fonte: Balanço Orçamentário – Exercício de 2019, 2020 e 2021.
Balancete de Despesas Consolidado – Exercício 2021

Diante do demonstrado no comparativo da despesa realizada, pode constatar que os gastos com a Despesa Corrente no exercício de 2021 teve um acréscimo de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) referente ao exercício anterior e um aumento de 130,4% (cento e trinta vírgula quatro por cento) na Despesa de Capital.

4.8. Reserva de Contingência

A LOA do exercício de 2021 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência não utilizada, tendo sido alterada sua dotação mediante decreto de anulação de crédito.



5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da Gestão Financeira

5.1 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária, ocorridos no exercício de 2021, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. Em síntese, a execução financeira no exercício de 2021, assim se processou:

Balanço Financeiro – Exercício: 2021

Quadro 07

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária Ordinária Vinculada	32.868.386,54 0,00 32.868.386,54	33.701.267,98 0,00 33.701.267,98	Despesa Orçamentária Ordinária Vinculada	28.090.590,42 0,00 28.090.590,42	24.964.575,99 0,00 24.964.575,99
Regime Próprio de Previdência	32.868.386,54	37.755.636,24	Regime Próprio de Previdência	28.090.590,42	24.964.575,99
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	4.054.368,26			
Transf. Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extra-orçamentários	8.460.627,68	3.269.597,16	Pagamentos Extra-orçamentários	7.123.395,83	3.413.240,01
Restos a Pagar	601,30	282,41	Restos a Pagar	282,41	143.925,26
Inscritos no Período	601,30	282,41	Liquidados no período	282,41	143.925,26
Depósitos	8.460.026,38	3.269.314,75	Depósitos	7.123.113,42	3.269.314,75
Recebimentos no período	8.460.026,38	3.269.314,75	Restituições no período	7.123.113,42	3.269.314,75
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	91.058.590,90	82.465.541,76	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte	97.173.618,87	91.058.590,90
Disponível	91.058.590,90	82.465.541,76	Disponível	97.173.618,87	91.058.590,90
Disponível em Moeda Nacional	91.058.590,90	82.465.541,76	Disponível em Moeda Nacional	97.173.618,87	91.058.590,90
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos c/Movimento	8.163,45	20.127,12	Bancos c/Movimento	0,00	8.163,45
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Aplicações Financeiras – RPPS	91.050.427,45	82.445.414,64	Aplicações Financeiras – RPPS	97.173.618,87	91.050.427,45
Perdas em Aplicações Financeiras – RPPS -	0,00	0,00	Perdas em Aplicações Financeiras – RPPS -	0,00	0,00
Total	132.387.605,12	119.436.406,90	Total	132.387.605,12	119.436.406,90

Fonte: Balanço Financeiro – Exercício de 2021.
Balanço Orçamentário – Exercício de 2021.



Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- O Formulário do Balanço Financeiro está adequado ao IPC 14/2018 – Instrução de Procedimento Contábil, editado pela STN- Secretaria do Tesouro Nacional;
- As receitas e as despesas foram demonstradas pelas respectivas fontes de recursos;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados conforme a Política de Investimento do Unaprev;
- O Balanço Financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

6. Balanço Patrimonial Comparado

Balanço Patrimonial – Exercício: 2021

Quadro 08

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	8.163,45	Obrigações Trab. Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.378,05	1.378,05
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	345.666,75	Benefícios Previdenciários a Pagar	1.378,05	1.378,05
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	345.666,75	Provisões a Curto Prazo	78.686,19	28.165,29
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	97.173.618,87	91.050.427,45			
Títulos e Valores Mobiliários do RPPS	97.173.618,87	91.050.427,45			
Estoques	3.353,67	1.296,88			
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	97.176.972,54	91.405.554,63	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	80.064,24	29.543,34
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Exerc. Atual	Exerc. Atual	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	Exerc. Atual	Exerc. Atual
Ativo Realizável a Longo Prazo	8.479.899,54	9.144.989,70	Provisões a Longo Prazo	100.697.417,15	82.628.100,48
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.479.899,54	9.144.989,70			



	EXERC. ATUAL	EXERC. ANT.		EXERC. ATUAL	EXERC. ANT.
ATIVO FINANCEIRO	97.173.618,87	91.058.590,90	PASSIVO FINANCEIRO	1.979,35	1.660,46
ATIVO PERMANEN TE	9.083.428,64	10.095.206,47	PASSIVO PERMANENTE	100.776.103,34	82.656.265,77

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades, bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial do Instituto - Patrimônio Líquido.



UNAPREV

Ativo Circulante

- Caixa e Equivalente de Caixa – Os valores em Caixa / Conta Movimento, conferem com a verificação efetuada no Balanço Financeiro em 31/12/2021;
- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – Refere-se as aplicações financeiras do Instituto, confere com a verificação do Balanço Financeiro em 31/12/2021.

Ativo Não Circulante

- Ativo Realizável a Longo Prazo – Refere-se a parcelamentos de dívidas previdenciárias a longo prazo, e confere com o balancete de receitas em 31/12/2021.
- Bens Móveis, Imóveis - os saldos dos Bens Móveis não conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2021, o qual apresentou uma diferença de R\$1.545,61 (hum mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos), erro de incorporação no sistema de Contabilidade/Balanço Patrimonial para com Sistema de Patrimônio do sistema Sonner, que foram acionados para corrigir o problema, mas até a presente data não foi corrigido.

Passivo Não Circulante

- Os valores do Passivo Não Circulante são originários das Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo e confere com cálculo atuarial de 2021.

Patrimônio Líquido

O saldo patrimonial é apurado nas contas 2.3, tendo destaque para a conta de Resultados Acumulados que é a diferença apurada no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.



UNAPREV

Em 2021 apurou-se um Patrimônio Líquido no valor de **R\$5.479.566,12** (cinco milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais e doze centavos). Lembrando a conta “Provisões a Longo Prazo” que são provisões matemáticas provenientes de Cálculo Atuarial o qual confere como o cálculo de 2021.

6.1. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 09

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	94.992.940,42	33.733.742,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	31.637.875,75	28.494.095,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – RPPS -CONSOLIDADO	18.142.831,19	17.235.545,20
Contribuição do Servidor – RPPS	10.865.862,57	10.467.073,25
Contribuição do Aposentado - RPPS	223.470,34	189.514,46
Contribuição de Pensionista –RPPS	14.085,49	4.600,97
Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	7.039.412,79	6.574.356,52
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – RPPS – INTRA OFSS	13.495.044,56	11.258.550,23
Contribuição Patronal de Servidor Ativo - RPPS	13.495.044,56	11.258.550,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	12.023,51	4.189.782,19
Remuneração de Aplicações Financeiras – Consolidação	12.023,51	4.189.782,19
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	18.442,26	0,00
Outros Aportes para o RPPS	18.442,26	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.631.251,66	0,00
Reavaliação de Outros Ativos - Consolidação	4.631.251,66	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	58.693.347,24	1.049.864,60
Reversão de Provisões	56.173.578,35	337.699,23
Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	1.977.757,59	0,00
Compensação Financeira Entre RGPS e RPPS – INTER OFSS – MUNICÍPIO	65.838,95	69.262,06
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos – Consolidação	476.172,35	642.903,31
Sub-Total Receita:	94.992.940,42	33.733.742,22
Sub-Total Geral:	94.992.940,02	33.733.742,22
Resultado Patrimonial – Déficit Verificado	13.016.587,43	0,00
Total Geral:	108.009.527,85	33.733.742,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	108.009.527,85	25.920.529,71
PESSOAL E ENCARGOS	2.628.568,46	1.226.685,96
REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	2.557.506,48	1.145.610,17
REMUNERAÇÃO A PESSOAL CIVIL – ABRANGIDO PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	1.285.519,01	716.068,65
Vencimentos e Salários	634.311,60	541.246,38
Férias vencidas e proporcionais	77.350,30	71.854,04
13 Salário	573.857,11	71.237,06
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	31.731,17
Adicional Variável	0,00	31.731,17



UNAPREV

REMUNERAÇÃO A PESSOAL CIVIL – ABRANGIDO PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	1.271.987,47	429.541,52
Vencimentos e Salários	66.027,50	64.228,08
Férias vencidas e proporcionais	8.745,95	8.357,89
13 Salário	1.197.214,02	213.030,29
Sentenças judiciais	0,00	143.925,26
ENCARGOS PATRONAIS	71.061,98	81.075,79
Contribuição Patronal para o RPPS	54.871,43	62.369,99
Contribuição Previdenciária – RGPS	16.190,55	18.705,80
Outros Encargos Patronais - RGPS	0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	24.842.829,71	22.040.166,25
Outras Aposentadorias	20.377.658,05	18.286.251,84
Proventos de Pensões	4.465.171,66	3.753.914,41
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Consolidação	0,00	0,00
USO DE BENS SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	216.886,02	213.454,42
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	522,88	0,00
Outros Materiais de Consumo	522,88	0,00
Diárias Pessoal Civil	0,00	344,93
Perícias	4.472,43	21.567,00
Serviços Técnicos Profissionais	2.650,00	1.325,00
Jetons e Gratificações a Conselheiros	9.130,00	7.206,30
Despesas com Locomoção	0,00	1.458,16
Outros Serviços Prestados por Pessoa Física	0,00	240,00
SERVIÇOS TERCEIROS – PJ - CONSOLIDAÇÃO	195.788,68	179.611,11
Comunicação	6.514,86	5.998,72
Serviços de Água e Esgoto Energia Elétrica Gás e Outros	6.346,46	5.565,08
Locações	137.125,74	125.389,64
Hospedagens	0,00	272,00
Serviços Gráficos e Editoriais	1.350,00	197,11
Outros Serviços Terceiros - PJ	44.451,62	42.188,56
DEPRECIACÃO DE IMOBILIZADO	4.322,03	1.701,92
Depreciação de Bens Móveis	4.322,03	1.701,92
JUROS E ENCARGOS DE MORA	5.500,00	0,00
Multa Indedutíveis Serviços Terceiros - PJ	5.500,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA RPPS – INTRA OFSS	44.136,12	41.273,20
Outros Aportes Para o RPPS	44.136,12	41.273,20
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO	847,21	249,15
Indenizações e Restituições	847,21	249,15
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.294.338,70	0,00
Perdas com Alienação de Investimentos do RPPS de Longo Prazo	3.294.338,70	0,00
IMPOSTOS CONSOLIDADOS	2.082,07	1.996,01
IPTU	2.082,07	1.996,01
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	76.974.339,56	2.396.704,72
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo – Consolidação	74.242.895,02	0,00
VPD de Outras Provisões – Consolidação	2.372.742,89	1.863.861,68
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	13.034,90	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos – INTER OFSS - Município	345.666,75	532.843,04
Sub-Total Despesa:	108.009.527,85	25.920.529,71
Sub-Total Geral:	108.009.527,85	25.920.529,71
Resultado Patrimonial – Superávit Verificado	0,00	7.813.212,51
Total Geral:	108.009.527,85	33.733.742,22



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (Decorrentes da Execução Orçamentária)					
Descrição	Exerc. Atual	Exerc. Ant.	Descrição	Exerc. Atual	Exerc. Ant.
Incorporação de Ativo	1.244,32	540,00	Incorporação Passivo	0,00	0,00
Desincorporação de Passivo	0,00	0,00	Desincorporação de Ativo	0,00	0,00

Fonte: Demonstrativos das Variações Patrimoniais – Exercício: 2021

Balço Patrimonial – Exercício 2021

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidência as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício de 2021, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado nesse exercício.

Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Aumentativas e as Variações Diminutivas e representa as alterações patrimoniais do exercício, que são levadas por meio de encerramento de contas para a conta “Resultados Acumulados”, constantes do Patrimônio Líquido.

Em 2021, apurou-se um Resultado Negativo de R\$13.016.587,43 (treze milhões, dezesseis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e três centavos), contudo este resultado a negativo mesmo como um superávit financeiro no valor de R\$4.777.796,12 (quatro milhões, setecentos e setenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e doze centavos) dar-se pela aprovação do cálculo atuarial e seus ajustes, no mês de setembro de 2021, devido suas projeções matemática e a não aprovação do cálculo atuarial do ano de 2020, resultando neste resultado negativo no ano de 2021.

Das Variações Patrimoniais

De acordo com as NBC TSP, a Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP - evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução



orçamentária, através da confrontação entre as variações aumentativas e diminutivas, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Em 2021, apurou-se um Resultado Negativo de R\$13.016.587,43 (treze milhões, dezesseis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e três centavos).

Os grupos das variações aumentativas com maior representatividade foram Variações Patrimoniais Aumentativas Provisões Matemáticas, que somou R\$56.173.578,35, representando 59,13% do total; e as Contribuições que totalizou R\$31.637.875,75, equivalente a 33,30%.

Nas variações diminutivas, os grupos com maior representação foram Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD que somou R\$76.974.339,56, representando 71,26% do total e Benefícios Previdenciários e Assistenciais, que totalizou R\$24.842.829,71, representando 23%. Dentro das Variações Patrimoniais Diminutivas destacam-se as Provisões Matemáticas Previdenciárias à Longo Prazo no valor de R\$74.242.895,02.

Foi procedida, em 31/12/2021, a escrituração contábil das provisões matemáticas conforme estudo atuarial com a data base de 31/12/2020, sendo seu saldo no encerramento do exercício de R\$100.697.417,15.

7. Avaliação e Renegociação da dívida previdenciária em 2021

Não houve renegociação da dívida previdenciária em 2021, apenas manteve os já existentes em 2018, referente aos valores de Contribuição Patronal do período de 01/2016 a 12/2016 no valor total de R\$2.844.221,21 (dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e um centavos), parcelados em (200 meses), parcelas mensais de R\$14.221,11 (quatorze mil, duzentos e vinte e um reais e onze centavos), sendo a data de vencimento da primeira parcela para dia 28/02/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, conforme **Termo de Acordo/CADPREV nº 00045/2018**.



UNAPREV

Também em 2018 os Aportes, multas e juros e outros devidos e não repassados ao Instituto, relativos ao período 02/2000 a 12/2016, no montante de R\$8.240.613,09 (oito milhões duzentos e quarenta mil e seiscentos e treze reais e nove centavos), parcelados em (200 meses), parcelas mensais de R\$41.203,07 (quarenta e um mil e duzentos e três reais e sete centavos), vencimento da primeira parcela para dia 28/02/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, conforme **Termo de Acordo/CADPREV nº 00044/2018**.

Durante o exercício de 2021 houve pequeno atraso no pagamento da parcela 44/200, a qual foi corrigida com juros como prevê no Termos de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários citados.

Todos os entes realizaram o repasse dos valores dos aportes referentes ao Plano de Custeio Suplementar para Amortização do Déficit Atuarial.

7.1. Certificação do registro das dívidas de natureza previdenciária no Unaprev

Certifica-se que os registros da dívida de natureza previdenciária estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis desse Instituto de Previdência, especialmente aqueles referentes a parcelamentos, conforme especificado na tabela a seguir:

Quadro 10

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NO UNAPREV	
31 DE DEZEMBRO DE 2021	
Títulos das Contas	R\$
Ativo Não Circulante	8.479.899,54
Créditos Previdenciários Inscritos a Longo Prazo	8.479.899,54

Fonte: Balanço Patrimonial – Exercício 2021



8. Taxa de Administração Exercício 2021

Quadro 11

DESPESA COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO: 2021	
TÍTULOS	R\$/%
Valor total da remuneração dos segurados ativos, proventos de aposentadorias e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativamente ao exercício financeiro anterior (A)	R\$ 118.630.568,36
Gastos com despesas administrativas do Instituto de Previdência (B)	R\$ 1.199.742,32
Percentual de gastos com a taxa de administração (C = B / A * 100)	1,00%

Fonte: Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial-DRAA de 2021
Controle Orçamentário da Despesa - 2021

Conforme determina o art. 15 da Portaria nº 402/2008, do Ministério da Previdência Social, o Unaprev gastou com despesas administrativas a margem de 1,00% (um vírgula zero por cento) respeitando o limite máximo da taxa de administração que é de até 2% (dois por cento) em relação ao total da remuneração os segurados ativos, proventos de aposentadorias e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativamente ao exercício financeiro anterior ao cálculo.

09. Aplicação de recursos públicos realizada por entidade de Direito Privado

Quadro 12

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS REALIZADA POR ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO			
EXERCÍCIO: 2020			
Registros nas Entidades		Recursos Aplicados	
Entidade	CNPJ	Títulos das Contas/Fundos	R\$
BB Gestão de Recursos D'TVM S.A	30.822.936/0001-69	BB Ações Alocação Fundos de Invest. Em Ações; BB Ações Bolsas Globais Ativo FI em Cotas de Fundo de Invest. Em Ações – BDR ETF Nível I; BB Ações ESG Globais Fundo de Invest. Em Cotas de Fundo de Invest. Em Ações – BDR Nível I; BB Previdenciário Fluxo R. Fixa Simples Fundo de Invest. em Cotas de Fundos de Invest.; BB Previdenciário R. Fixa IDKA 2 Tít. Públicos F. De Invest.; BB Previdenciário R. Fixa IMA-B 5 Longo Prazo Fundo de Invest em Cotas de FI.; BB Previdenciário R. Fixa IMA-B F. de Invest.; BB Previdenciário R. Fixa IMA-B Tít. Públicos F. de Invest.; BB Previdenciário R. Fixa IMA-B5+ Tít. Públicos F. de Invest.; BB Previdenciário R. Fixa IRF-M T. Públicos Fundo de Invest.; BB Previdenciário R. Fixa IRF-M1 Títulos Públicos FIC FI; BB Previdenciário R. Fixa Referenciado DI Longo Prazo Perfil F. de Invest. Em Cotas de FI; BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos IPCA VI Fundo de Invest.;	35.473.552,39
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04	F. de Invest. Caixa Brasil IMA-B 5 Tít. Públicos R. Fixa; F. de Invest. Caixa Brasil IMA-B Tít. Públicos R. Fixa; Longo Prazo; Fundo de	61.700.066,49



		Invest. Caixa Brasil IRF-M 1 Tít. Públicos R. Fixa; F. de Invest. Caixa Brasil Tít. Públicos R. Fixa Longo Prazo; Fundo de Invest. Caixa Indexa Bolsa Americana Multimercado Longo Prazo; Fundo de Invest. Em Ações Caixa Institucional BDR Nível I; Fundo de Invest. Em cotas de F. de Invest. Caixa Brasil Gestão Estratégica Renda Fixa;	
Total			97.173.618,88

Fonte: Di Blasi Consultoria, acesso em 09/02/2021 - <https://liasys.net/clientes/carteira/105/retorno-anual>
Balanço Financeiro de 2021

9.1 Retorno das Aplicações Acumulado no Ano de 2021

Quadro 13

MÊS	SALDO ANTERIOR R\$	APLICAÇÕES R\$	RESGATES R\$	SALDO ATUAL R\$	RETORNO R\$	RETORNO %	META %	ATINGIMENTO %
Janeiro	91.050.427,45	2.352.991,97	2.058.946,13	91.028.386,43	316.086,86	-0,3384	0,0000	0,0000
Fevereiro	91.028.386,43	2.329.413,68	2.058.850,36	90.596.529,69	702.420,06	-0,7524	0,0000	0,0000
Março	90.596.529,69	2.919.865,65	2.664.710,35	90.726.021,33	125.663,66	-0,1344	0,0000	0,0000
Abril	90.726.021,33	3.354.094,29	2.982.254,07	91.547.339,43	449.477,88	0,4778	0,0000	0,0000
Mai	91.547.339,43	2.211.048,31	1.840.846,30	92.491.039,82	573.498,38	0,6117	0,0000	0,0000
Junho	92.491.039,82	2.846.006,85	2.501.817,58	93.065.382,20	230.153,11	0,2414	0,0000	0,0000
Julho	93.065.382,20	2.605.394,08	2.351.566,88	93.266.151,28	53.058,12	-0,0555	0,0000	0,0000
Agosto	93.266.151,28	2.913.873,85	2.126.135,43	93.747.950,20	305.939,50	-0,3181	0,0000	0,0000
Setembro	93.747.950,20	3.408.655,51	2.961.692,83	94.425.709,59	230.796,71	0,2376	0,0000	0,0000
Outubro	94.425.709,59	4.031.570,49	3.750.173,93	93.575.541,84	1.131.564,31	-1,1493	0,0000	0,0000
Novembro	93.575.541,84	2.361.648,73	2.060.317,15	95.795.049,83	1.918.176,41	1,9994	0,0000	0,0000
Dezembro	95.795.049,83	6.568.874,94	5.771.872,39	97.173.618,87	581.566,49	0,5681	0,0000	0,0000
TOTAIS		37.903.438,35	33.129.183,40		1.348.936,47	1,3615	0,0000	0,0000

Fonte Di Blasi Consultoria Financeira: <https://liasys.net/clientes/carteira/105/retorno-acumulado>

9.2 Análise da Política de Investimento realizada no Exercício de 2021

A movimentação das aplicações financeiras do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí, no exercício de 2021, foram de acordo com a Resolução CMN - Conselho Monetário Nacional, nº 3.922/2010 e atendendo a Política de Investimento realizada pelo Gestor dos Fundos e auxiliado pelo Comitê de Investimento. As aplicações Financeira dos ativos do Instituto são aplicadas nos Fundos de Investimentos do Bancos Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal – CEF.

O total dos ativos aplicados apresentou o saldo inicial no exercício de 2021, de **R\$91.050.427,45** (noventa e um milhões, cinquenta mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos), no final do exercício, em 31/12/2021, fechou com o saldo de

**UNAPREV**

R\$97.173.618,87 (noventa e sete milhões, cento e setenta e três mil e seiscentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos); os valores aplicados no decorrer do exercício de 2021, foram no montante de R\$37.903.438,35 (trinta e sete milhões, novecentos e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos), com retorno no total de **R\$1.348.936,47** (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos).

Em análise nos dados fornecidos pela DiBlasi Consultoria Financeira, o Unaprev não atingiu a meta de 15,53% (quinze vírgula cinquenta e três por cento) prevista para o exercício de 2021, atingindo apenas 8,77% (oito vírgula setenta e sete por cento) da meta prevista. Houve perdas consideráveis nas aplicações financeiras nos meses de janeiro, fevereiro e outubro de 2021.

10. Cálculo Atuarial.

A reavaliação atuarial observa os termos do **art. 8º da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008 e, artigo 16, da Lei nº 2.297, de 25 maio de 2005.**

Quadro 14

INFORMAÇÕES SOBRE O CÁLCULO ATUARIAL
DATA DO ÚLTIMO CÁLCULO ATUARIAL: 31/12/2020
NOME DO ATUÁRIO: Vitor Hugo Benevenuto Faria
NÚMERO DE REGISTRO DO ATUÁRIO NO MIBA: 994

Fonte: Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA – Exercício de 2021- CADPREV

Conforme o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial-DRAA a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Previdenciário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí – Unaprev, para o exercício de 2021, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Equacionado no valor de R\$ 492.428.657,17, (quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e sete reais dezessete centavos).



UNAPREV

Informo ainda, que o plano de custeio era de 11,00% (onze por cento) para o servidor, e 12,32% (doze vírgula trinta e dois por cento) para as patrocinadoras referente a contribuição patronal, os quais passarão a vigorar com a alíquota de 14% (quatorze por cento), tanto servidor quanto patronal, a partir de janeiro/2022, conforme a Lei Municipal nº 3.399/2021.

11. Atendimento aos artigos 14, 10 e 24 da Portaria MPS nº 402/08.

Art. 14 da Portaria 402/08:

“Art. 14. É vedada a utilização de recursos previdenciários para custear ações de assistência social, de saúde, de assistência financeira de qualquer espécie e para concessão de verbas indenizatórias, ainda que decorrentes de acidente em serviço.”

As contribuições do Município e as contribuições do pessoal civil, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente são utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e custear as despesas de manutenção da Unidade Gestora do Instituto, não sendo utilizados tais recursos para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie, conforme determina o artigo 14 da Portaria nº 402/2008 do Ministério da Previdência Social. Portanto, este Instituto de Previdência não contraria o disposto supracitado.

Art. 10 da Portaria 402/08:

“Art. 10. É vedada a existência de mais de um RPPS para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo.

§ 1º Entende-se por unidade gestora a entidade ou órgão integrante da estrutura da Administração Pública de cada ente federativo, que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

§ 2º A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, no mínimo, dos benefícios de aposentadoria e pensão concedidos a



UNAPREV

partir da publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

§ 3º A unidade gestora única contará com colegiado ou instância de decisão, no qual será garantida a representação dos segurados.”

Grifo nosso

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí foi instituído pela Lei Municipal nº. 1.794, de 30 de dezembro de 1.999, reestruturado pela Lei nº 2.297, de 25 de maio de 2005 – e nova reestruturação pela Lei nº 3.399 de 09 de setembro de 2021, conforme determina o artigo 10, da Portaria nº 402/08 do Ministério da Previdência Social.

Nos termos do artigo 21, da Lei nº 2.297/05 e artigos 28 a 31 da Lei Municipal 1.794 de 30 de setembro de 1999, o Instituto cumpre o artigo 10 da portaria 402/2008 § 3º no que tange ao Conselho de Administração, contudo, somente no exercício de 2018 que sancionou a **Lei nº 3.150, de 11 de Abril de 2018, que institui o Conselho Fiscal do Unaprev**. Os membros do conselho Fiscal, nomeados pelo Prefeito através do Decreto, de 03 de agosto de 2018, após eleição realizada no dia 20/07/2018, para o período de 2018/2022, sendo nomeados os seguintes membros para compor o conselho fiscal: Célio José da Silva, conselheiro titular representante do Serviço Municipal de Saneamento Básico – SAAE; Joaquim Tomaz da Silva, conselheiro titular representante da Prefeitura Municipal de Unaí; Edgar de Sousa Oliveira, conselheiro suplente representante da Prefeitura Municipal de Unaí, e José Liliomar Souza Caixeta, como conselheiro titular representante da Câmara Municipal de Unaí.

Art. 24 da Portaria 402/08:

“Art. 24. É vedado o pagamento de benefícios previdenciários mediante convênio, consórcio ou outra forma de associação entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios, desde 27 de novembro de 1998.



UNAPREV

§ 1º Os convênios, consórcios ou outra forma de associação, existentes em 27 de novembro de 1998, devem garantir integralmente o pagamento dos benefícios já concedidos, daqueles cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados até aquela data, bem como os deles decorrentes.

§ 2º O RPPS deve assumir integralmente os benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão tenham sido implementados após 27 de novembro de 1998. ”

Não existe no Unaprev nenhum convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão de benefícios previdenciários entre Estados e Municípios e entre Municípios, conforme determina o artigo 24, da Portaria nº 402/08 do Ministério da Previdência Social.

12. Declaração de Cumprimento de prazos junto ao TCE-MG – SICOM

As remessas relativas a folha de pagamento, acompanhamento mensal, balancetes e DCASP, foram enviadas no prazo, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do art. 4º e 5º da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

13 - Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP

Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, é um documento fornecido pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, ligado ao Ministério da Fazenda, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelo regime próprio de previdência social, atestando que o Ente segue normas de boa gestão de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados. Ao todo são 35 (trinta e cinco) critérios obrigatórios para emissão do CRP, referente à Análise de Legislação, Auditoria dos RPPS, Equilíbrio



UNAPREV

Financeiro e Atuarial, Informações Contábeis, Informações Previdenciárias e Repasses, Investimentos dos Recursos Previdenciários, dentre outros.

Em 2021 todos os demonstrativos do CADPREV – Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, foram enviados dentro do prazo estabelecido, assim o Instituto encontra-se regular, o que resultou na emissão do **Certificado de Regularidade Previdenciária, emitido em 21/09/2021 com validade até 20/03/2022.**

14 – Compensação Previdenciária

No exercício de 2019 houve a retomada dos processos de compensação previdenciária nos termos do Convênio/MPS/INSS/Município de Unaí-MG – Processo nº 44000.001244/2002-55 firmado em 2002. A partir de maio de 2019 tem sido depositado mensalmente na conta do Instituto as compensações já aprovadas no sistema Comprev anterior à data de 09/2014. O valor total depositado na conta do Unaprev a título de compensação previdenciária em 2021 soma R\$65.838,95 (sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos).

15. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo se encontra devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 004/2017, representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Serviço de Controle Interno deste Instituto de Previdência acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2021.



Trabalhou-se de forma consciente, a disposição do Órgão de Controle Interno do Município e acompanhou de forma parcial, concomitante e subsequente as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

As contas do Instituto tiveram um desempenho esperado dentro do contexto de planejamento e programação financeira, procurando aperfeiçoar e adequar cada vez mais às normas específicas para os órgãos previdenciários.

Foram observados todos os aspectos legais, a posição patrimonial, orçamentária, financeira e atuarial do Instituto, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal desse Instituto de Previdência para análise e parecer. E a disposição do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais a qualquer momento que se fizer necessário.

Ressalvo que no exercício de 2021 a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como as análises das demonstrações contábeis e dos registros foram acompanhadas pela então Controladora Interna: Marlene Dias Pereira Albuquerque; cabendo a este Controlador tão somente as análise dos fechamentos orçamentários, financeiros, patrimoniais, administrativos e operacionais, para a elaboração da referida Prestação de Contas Exercício 2021.

Unaí-MG.; 07 de março de 2022

Thyago de Souza Lima
Matr. 3154
Responsável pelo Controle Interno